

# ALGUNS REPAROS A *UM PROJETO PARA O BRASIL* POR CELSO FURTADO

ANNIBAL VILLELA \*

## 1. INTRODUÇÃO

As idéias aqui expostas vão ao encontro dos desejos de FURTADO de que o material publicado sob o título acima servisse para provocar debate sobre os problemas sociais e econômicos mais importantes de nosso país.

A experiência recente de alguns anos, lidando de perto com os casos de diversos outros países, permitiu-me sentir quanto o nosso é privilegiado: sem dúvida alguma, muito mais viável economicamente que a maior parte das chamadas nações subdesenvolvidas.

Primeiramente, desejo cumprimentar FURTADO por ter tratado de maneira sistemática os diversos aspectos do problema principal do Brasil — a recente estagnação de sua economia, ou num sentido mais restrito, a estagnação do setor industrial. Sua apresentação de tais questões elevou o nível técnico em que normalmente se discute, por exemplo, o poder econômico das empresas estrangeiras, a urgência de se delinear e implementar uma política tecnológica, e, como corolário, uma política de formação de

---

\* O autor é funcionário do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, porém as idéias aqui expostas são de sua exclusiva responsabilidade.

mão-de-obra. Esses dois últimos pontos são de tal transcendência que, se não forem solucionados nos próximos 5 a 10 anos, poderão comprometer o futuro do país de forma irreparável.

## 2. ANÁLISE DA ECONOMIA SEM CONSIDERAR A INFLAÇÃO

Ao leitor atento não terá escapado que FURTADO nenhuma tentativa fez para analisar os problemas econômicos brasileiros, pelo menos nos últimos dez anos, à luz da situação inflacionária que o País tem atravessado. Concordo que se assim tivesse feito, a análise seria mais complicada e, talvez, menos acessível ao público. Contudo, o que se perderia em termos de acessibilidade se ganharia em rigor. Permitindo uma compreensão mais efetiva de problemas como a concentração de renda nas empresas sob a forma de lucros retidos e reservas para depreciação, a capacidade de importar (debilitada por causas várias, entre as quais a sobrevalorização da taxa cambial, em boa medida afetada pela inflação e um dos fatores inibidores das exportações de manufaturas) e, afinal, o próprio ritmo de desenvolvimento econômico que é o objeto de sua análise. Esquecer que os lucros das empresas públicas e privadas foram erodidos por uma inflação que chegou a 80% ao ano, o que as obrigou a reter recursos para financiar suas necessidades de capital de giro, sacrificando seu crescimento a prazo mais longo, sem contar os absurdos do sistema fiscal, como o imposto sobre lucros extraordinários (meros reflexos da miragem inflacionária) ou o simples imposto sobre seus lucros fictícios, é simplificar demais o problema, diluindo muito a validade das asserções sobre os percalços da concentração de renda nas empresas, que ele compara à arrecadação de impostos pelo Estado.

## 3. ESTRUTURA DA CAPACIDADE PRODUTIVA DO SETOR INDUSTRIAL

Após descrever as duas fases da industrialização brasileira, FURTADO pergunta: "... por que essa industrialização não conduziu ao que, convencionalmente, se tem chamado desenvolvimento auto-sustentado? Como explicar que essa integração do sistema industrial haja desembocado na estagnação?" Mas, sem responder especificamente a essas indagações na ordem lógica em que as formulou, ocupa-se da concentração econômica representada pelo capitalismo das grandes unidades, destacando a dominação das empresas estrangeiras, o sistema de preços "administrados" por elas usados etc. Em seguida, examina a estrutura da demanda global. A meu ver, embora esses argumentos sejam válidos, antes de comentar as idéias do autor apontarei outras possíveis causas da estagnação de nossa produção industrial, de vez que aquelas por ele aduzidas não esgotam o problema. FURTADO lembra bem que os investimentos industriais se orientavam para a satisfação de uma demanda reprimida. Contudo, não explorou as conseqüências de tal fenômeno que, por assim dizer, moldou a estrutura produtiva da indústria brasileira na segunda fase da industrialização. A maior integração do sistema industrial brasileiro, ao lado das

vantagens de "tender" a permitir um crescimento auto-sustentado da economia, trouxe desvantagens evidentes, como a proliferação de unidades demasiado pequenas para aproveitar economias de escala — caso típico da indústria automobilística — ou o excesso de diversificação das indústrias de equipamento que, não podendo se especializar para também se beneficiar de economias de escala, trabalham a custos elevados e, conseqüentemente, oneram os custos de produção da indústria leve.

Pensou-se que a diversificação da indústria por si só levaria a uma crescente economia de divisas, além de permitir a auto-sustentação do crescimento da produção industrial. Esqueceu-se que as dimensões do mercado refletiam uma demanda reprimida, o que vale dizer, o alto crescimento inicial da demanda possibilitaria um mercado vendedor, no qual os preços teriam pouco efeito sobre a demanda. O exemplo típico foi a produção de veículos automotores — feita em escala artesanal, por elevado número de empresas — a preços exorbitantes, além do mais de uma proteção exagerada. Por isso, nos primeiros anos a demanda crescia a 25% ao ano. Atualmente, o ritmo caiu ao nível normal, resultante do crescimento da renda real *per capita*, da distribuição da renda e da taxa de substituição do estoque de veículos existentes.

Parece, pois, que a atual falta de dinamismo da indústria brasileira é, em parte, um fenômeno semelhante ao que ocorreu em outros países, em que o processo de substituição de importações foi executado de maneira inadequada. A Iugoslávia é, a meu ver, um caso bastante similar. Por essa razão, está a sua indústria sofrendo um processo de modernização e reestruturação, para poder competir nos mercados internacionais. O processo tem sido doloroso em alguns setores porque, obviamente, algumas empresas faliram e várias tiveram que se fundir.

A elevada proteção recebida por certos ramos industriais no Brasil causou distorções tais na estrutura de nossa capacidade produtiva e nos custos industriais que atendida a demanda reprimida, o sistema ficou inabilitado a procurar com eficiência o mercado externo, onde a incerteza é bem maior por diversas causas, e onde há maior exigência de padrões de qualidade, maiores necessidades de financiamento, comercialização mais requintada, concorrência dos demais produtores, quer industrializados ou semi-industrializados como nós, e, o que não é de desprezar, é preciso vencer a proteção dos próprios países industrializados.<sup>1</sup> Em suma, nossa

---

<sup>1</sup> Tive a oportunidade de observar o jogo desses fatores durante uma viagem à Iugoslávia em abril último, para estudar o impacto das reformas econômicas de julho de 1965. E é preciso não esquecer que a Iugoslávia, devido à sua situação geográfica e às reduzidas dimensões de seu mercado interno, há vários anos vinha forçando a exportação de produtos industriais através de subsídios etc. Basta lembrar que as exportações absorvem 44% de sua produção de produtos químicos inorgânicos e 30% da produção de maquinaria e equipamento elétrico. Como a demanda de bens de capital é volátil e nenhuma indústria iugoslava é suficientemente grande para que sua demanda de substituição possa manter as indústrias de equipamento operando a níveis razoáveis de sua capacidade produtiva, esta indústria foi se especializando e reduzindo a sua grande diversificação resultante de uma substituição de importação exagerada.

industrialização foi moldada em um sistema autárquico, consciente ou inconscientemente e agora que se reconhece que, a menos que exportemos manufaturas, nossa capacidade para importar continuará estagnada, caberá aos planejadores voltar à terra e, através de incentivos e desincentivos adequados, reestruturar o parque industrial do país, a fim de prepará-lo para lutar no mercado externo. Aumentados os mercados para os diversos tipos de manufaturas em que sejamos competitivos, os preços reais dêsses produtos poderão reduzir-se, o que no mercado interno equivalerá a um aumento na renda real da população e deverá ativar novamente a demanda.

Isso não se poderá fazer por passes mágicos, mas exigirá estudos de diversos setores industriais, e do mecanismo de aplicação dos incentivos e desincentivos, o que não exclui várias das medidas propostas por FURTADO.

#### 4. CONCENTRAÇÃO DA RENDA E ESTRUTURA DA DEMANDA GLOBAL

Depois de constatar que a participação dos salários no valor adicionado no setor industrial, como é lógico, caiu antes nas indústrias pesadas do que nas tradicionais — pois elas usam mais capital por valor da unidade de produto do que as outras — diz FURTADO que o fruto do aumento substancial da produtividade ocorrido no setor industrial não foi transferido, ou o foi cada vez menos, para os assalariados. A meu ver esta asserção tem que ser considerada, como já indiquei, à luz do processo inflacionário que obrigava os empresários a se autofinanciarem de capital de giro em grande medida para se manterem no mercado. Por outro lado, conforme bem sabe FURTADO, a transferência dos frutos da produtividade através da elevação de salários não é feita de maneira automática. O movimento sindical americano e o seu crescente poder de barganha coletiva, infelizmente, provam à sociedade que no país mais próspero do mundo os aumentos salariais são, muitas vezes, conseguidos sob a ameaça de greve. Nosso movimento sindical, por razões várias, nunca foi efetivo ou esclarecido, situação essa que foi ainda agravada pela inflação que o forçava, cada vez mais, a tentar uma transferência de renda, mesmo quando a produtividade não aumentava, de vez que os aumentos salariais passaram a ser mais freqüentes e as taxas de aumento mais elevadas do que a própria inflação, pois a classe operária já não aceitava que a chamada "poupança-forçada" fôsse feita às suas custas.

Ao tratar do perfil ou estrutura da demanda global, FURTADO utiliza uma estrutura hipotética de distribuição da renda nacional e sobre ela calca o seu raciocínio, com o qual, de modo geral, estou de acôrdo. Entretanto, tudo é exposto de maneira tal, que o leigo poderá acreditar que essa é a verdadeira estrutura de distribuição da renda no país, o que não é correto. Trata-se apenas de uma hipótese. Até aqui, muito bem, pois se está expondo um raciocínio. Mas, quando aborda as medidas relacionadas com a inadequação do perfil da demanda global, propondo uma drástica redistribuição da renda com base nos dados hipotéticos,

téticos anteriormente assinalados, e conclui que o volume adicional de poupança obtido permitiria uma taxa de investimento líquido de 14 a 16% — o que implicaria em um crescimento anual do produto *per capita* de 3 a 5% e permitiria que em 30 anos a renda *per capita* do Brasil atingisse mil dólares de poder de compra atual — seria necessário dizer, explicitamente, que se trata de um exercício aritmético, isto é, de um mero exemplo e não de uma probabilidade ou possibilidade, pois a tentação, pelo menos teórica, para uma preferência por tal tipo de política poderia se robustecer e, caso se tentasse implementá-la, os resultados poderiam ser desastrosos, por motivos óbvios.

Em trabalho recente, WERNER BAER e ANDREA MANESCHI<sup>2</sup> também acham que para aumentar o nível de utilização da capacidade industrial é necessário mudar a ênfase na política de desenvolvimento, isto é, a redistribuição da renda deve substituir a acumulação de capital como objetivo dessa política. Para isso, é necessário que se gere demanda para que se justifique a capacidade criada e que se induza uma contínua expansão dessa capacidade. Entretanto, eles reconhecem o que FURTADO deixou de mencionar, ou seja, que isso implicaria em um grau considerável de resistência sócio-política devida ao poder sócio-econômico recentemente adquirido pelas classes empresariais e que o sucesso dessas medidas dependeria do poder do Governo em relação a essas classes e/ou do grau em que elas tenham bastante clarividência para compreender a necessidade eventual da redistribuição.

Em minha opinião, tanto FURTADO como BAER-MANESCHI estão simplificando demais o problema para poder tratá-lo pela análise Keynesiana da insuficiência da demanda global. Eles tratam a capacidade produtiva da indústria como um dado homogêneo e reduzem a solução do problema da baixa utilização dessa capacidade à geração de uma demanda efetiva tal que não só permita a sua utilização, mas também o seu crescimento contínuo. A tentação de usar o modelo de HARROD-DOMAR não os deixa ver que a composição ou estrutura do parque industrial brasileiro foi criada para atender a um nível de demanda deprimida que após algum tempo caiu a um ritmo de crescimento vegetativo e que, a menos que reestruture e modernize a capacidade produtiva da indústria brasileira, a mera redistribuição de renda não será suficiente para manter certas indústrias à plena capacidade. A meu ver, só estudos detalhados dos ramos industriais permitirão que se chegue a uma solução para o problema, pois nosso conhecimento da situação real é insuficiente para a formulação da política econômica adequada.

##### 5. INADEQUAÇÃO DAS TÉCNICAS CONVENCIONAIS DE ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A tentação do economista de procurar aplicar nos países menos desenvolvidos os modelos e esquemas teóricos explicativos de como o desen-

<sup>2</sup> *Import-Substitution, Stagnation and Structural Change-An Interpretation of the Brazilian Case*, p. 24 e 25. R. B. E. N.º 1, 1969.

volvimento econômico se processa nos países industrializados tem levado, conforme demonstra MYRDAL<sup>3</sup> de maneira conclusiva, a uma abordagem errônea dos problemas econômicos nesses países.

Nos países em que existe inflação, a análise se torna ainda mais difícil, o que faz com que vários economistas, como FURTADO, passem a deixar de lado o fenômeno inflacionário como se ele não existisse e a fazer a análise em termos reais. Por outro lado, todo o arcabouço teórico existente para a análise das situações inflacionárias e as políticas para o combate à inflação são típicos das situações existentes nos países industrializados, em que, por definição, as instituições econômicas são mais eficientes e seu comportamento é mais conhecido. A verdade é que a adaptação, não o abandono, das técnicas de análise econômica através de estudos do comportamento econômico das instituições nos países em desenvolvimento é uma necessidade inegável e inadiável. Já é tempo de desconfiarmos dos raciocínios econômicos impecáveis baseados em premissas duvidosas.

## 6. ESCOLHA DA TECNOLOGIA APROPRIADA

Ao abordar o problema da escolha de tecnologia, relembra FURTADO a maneira pela qual se estimulou a importação de equipamentos mais mecanizados em detrimento da possível utilização de outros que empregassem mais mão-de-obra, etc. Afirma, com razão, que as distorções de preços causadas pelos subsídios explícitos ou encobertos torna difícil a avaliação de projetos industriais. Nega a utilidade de uma taxa de juros mais elevada que reflita a escassez de capital (o que os economistas denominam de "taxa-sombra de juros"), porque ela não racionaria os novos investimentos, que iriam necessariamente para a nova tecnologia pois somente essa teria rentabilidade para pagar a taxa mais alta. De passagem, chamo a atenção para os exemplos às páginas 45 e 46 que, além de confusos, nada provam. Pelo contrário, o leitor tem que adivinhar que contas fez FURTADO para dizer no fim da página 45: "... basta ter em conta que o simples incremento da taxa de juros (de 12 para 16 por cento) corresponderia, nos custos de produção à soma equivalente a um terço da folha de salários, inclusive encargos sociais." Como, então, evitar o desperdício de capitais? Sua sugestão é uma tributação diferencial, de 5 por cento sobre a folha de salários e de 50 por cento sobre a remuneração do capital. Portanto, sua proposta equivale a dizer que o imposto (cujas taxas, obviamente, seriam arbitrariamente estabelecidas) tenderia a fazer com que os preços relativos do capital e do trabalho refletissem melhor a escassez real daquele fator, do que os preços de mercado (juros e salários) que todos concordam não preencher aquela função. A meu ver, por motivos óbvios, além da difícil aplicação de tal imposto, ele não poderia assegurar que a escassez relativa de capital estaria melhor refletida em seu novo

<sup>3</sup> MYRDAL, GUNNAR, *Asian Drama*, Pantheon. Especialmente o prólogo, *The Beam In Our Eyes*, no primeiro volume; e o apêndice 3, *Economic Models And Their Usefulness Planning In South Asia*, no terceiro volume.

preço. De fato, seria substituir um instrumento, embora imperfeito — uma taxa de juros mais elevada (de quanto?) — por outro, possivelmente com a mesma imperfeição e de mais difícil administração.

A afirmação de FURTADO, após explicar o impôsto acima descrito, de que "... os empresários não se sentiriam inclinados a substituir os equipamentos existentes por outros *cujas principal virtude é economizar mão-de-obra*" (grifos meus) não é correta, conforme veremos em seguida. Há controvérsia nas soluções propostas para este problema e a literatura técnica sobre o mesmo é vasta. Tentarei sumarizar as opiniões de alguns estudiosos do problema. Para isso, utilizarei livremente o material contido no excelente estudo de meu colega JACK BARANSO<sup>4</sup>, a ser publicado próximamente.

Vários economistas recomendam as tecnologias mais avançadas, com maior intensidade de capital. Um dos argumentos a favor de técnicas com mais intensidade de capital é que a menor criação de emprego industrial pelas mesmas é mais do que compensada pelo emprego indireto no setor serviços. Além do mais, é caro converter a tecnologia mais avançada. Outro impedimento é que as possibilidades de substituição de capital por mão-de-obra diminuem rapidamente à medida que os padrões técnicos se elevam e diminuem as tolerâncias. Outra razão é que freqüentemente as técnicas com maior intensidade de mão-de-obra requerem níveis mais elevados de qualificação humana para substituir a precisão e qualidade das máquinas; de maneira crescente, precisão e padronização têm sido incorporadas nas máquinas com controles numéricos, que substituem as qualificações humanas. Esses pontos são tratados com maior detalhe.

A subutilização dos fatores abundantes nas economias em desenvolvimento tem outras causas, além da distorção dos preços dos fatores apontados por FURTADO, tais como:

1. Organização humana e ambiente psico-social.

2. Disponibilidade e utilização de "fatores escassos" concomitante. Os países em desenvolvimento muitas vezes não têm os recursos humanos necessários para organizar, administrar e controlar a produção. Por isso, economistas como HIRSCHMAN recomendam técnicas com intensidade de capital que sejam *large-scale, processoriented and machine-paced*, a fim de poupar o recurso escasso — capacidade gerencial — que planeja, coordena e controla a produção.

3. A limitada competência dos países em desenvolvimento para adaptar ou converter as técnicas à disponibilidade dos fatores. Tem-se criticado países como a Índia, por não terem usado de maneira adequada técnicas com maior intensidade de mão-de-obra como fizera o Japão em seus primeiros estágios de desenvolvimento industrial. Todavia, ainda hoje existe no Japão um setor de subcontratadores, com limitados recursos de

<sup>4</sup> *Industrial Technologies for Developing Economies*, especialmente o capítulo 2, Economic and Engineering Variables.



capital, pagando salários mais baixos e utilizando técnicas com maior intensidade de mão-de-obra, o qual serve aos grandes complexos industriais que empregam técnicas com grande intensidade de capital. Além do mais, a competência do Japão em adaptar técnicas industriais é muito superior à de qualquer país em desenvolvimento. Em primeiro lugar, o Japão tem engenheiros e operários especializados para converter as técnicas estrangeiras às condições do país. As empresas industriais subcontratam com o grande número de pequenas oficinas e fábricas existentes; centenas de desenhos técnicos devem ser feitos para converter as técnicas que usam mais capital em técnicas que usam mais mão-de-obra e, para isso, o Japão tem grande número de engenheiros e técnicos. O outro fator específico ao Japão é a sua numerosa e altamente qualificada mão-de-obra industrial, pois quando as técnicas que usam mais máquinas são convertidas em outras que usam mais mão-de-obra aumenta a intensidade de trabalho dos operadores que têm que ler mais *blueprints*, usar mais ferramentas e substituir a precisão da máquina pela precisão humana.

4. As tolerâncias em qualidade e precisão limitam a viabilidade técnica de substituição da máquina por mão-de-obra. Em geral, o equipamento mais simples significa uma maior carga de trabalho para o supervisor e para o operador no ajuste das tolerâncias, rapidez de alimentação das máquinas e controle da qualidade e das especificações das peças acabadas.

O que foi exposto nos leva a concluir que não se pode generalizar quanto a uma política para a escolha da tecnologia mais adequada. Na prática, a solução terá que ser adotada ao nível do projeto e do ramo da indústria, levando em conta as variáveis anteriormente enumeradas. No entanto, isso não exclui o uso de uma taxa de juro que reflita de maneira tão aproximada quanto possível a escassez do capital, a fim de que o desperdício desse fator seja desestimulado. Quanto ao possível aumento da concentração da renda receado por FURTADO, poderia o mesmo ser contrabalançado através de uma tributação apropriada.

## 7. INSUFICIÊNCIA DA CAPACIDADE PARA IMPORTAR

Ao tratar desse problema, FURTADO afirma corretamente que “não existe nenhuma prática ou teoria para que um país como o nosso não diversifique as suas exportações, o que somente será passível se ele se lança pelo caminho das exportações de manufaturados”. Todos concordam com isso. Mas como fazê-lo? Diz ele que a condição necessária será uma reconversão progressiva de nossa estrutura de preços no que respeita ao setor externo da economia. Ora, a estrutura atual de preços resulta da interrelação de fatores vários, como a diversificação exagerada da capacidade produtiva da indústria, que impede economias de escala, obsolescência dessa capacidade em certos industriais, taxa de inflação, tributação aduaneira de matérias-primas e componentes importados, sobrevalorização da taxa cambial (em relação a boa parte dos produtos), taxa



de juros, maior ou menor eficiência da mão-de-obra etc., logo, preconizar uma modificação na estrutura dos preços dos produtos a serem exportados implica em medidas simultâneas e coordenação adequada das mesmas. Todavia, insisto em lembrar que essas condições são necessárias, porém não são suficientes para que as exportações de manufaturas aumentem. Outros fatores concomitantes, já citados no parágrafo 3, tais como melhor comercialização (*marketing*), financiamento, seguro, capacidade de negociar, redução nos níveis de proteção existentes nos países industrializados etc. são também importantes.

#### 8. PODER ECONÔMICO E SEU EXERCÍCIO POR EMPRESAS CONTROLADAS DO EXTERIOR

Este é um problema que merece a atenção de nosso governo, não tanto por sua gravidade atual, mas por suas implicações futuras. O caso do Canadá citado por FURTADO é bem conhecido. Em nosso país, é necessária a cooperação efetiva de bons engenheiros, economistas e advogados com o objetivo de não inibirmos o fruto mais importante da presença de empresas estrangeiras entre nós — o acesso e o transplante de novas tecnologias. É necessário, pois, que se consiga estabelecer um balanço entre os percalços causados pelas empresas estrangeiras e os mencionados frutos.

Pensar que apenas com base em patentes, como tem feito em grande parte o Japão, um país como o Brasil poderia incrementar efetivamente o estoque de inovações tecnológicas ou, o que é mais importante ainda, renová-lo com a rapidez necessária, é tornar simples demais a solução do problema. Conforme mostrei anteriormente, o Japão tem condições que, infelizmente, não se repetem em nosso país para permitir uma efetiva utilização de patentes. É preciso não esquecer que há técnicas ou segredos industriais que os seus detentores não cedem se não tiverem uma participação por pequena que seja em sua exploração. Nessas circunstâncias, a lei japonesa permitia uma *joint-venture* de nacionais com estrangeiros, os quais não podiam deter mais de 20% do capital, a fim de se salvaguardar o controle pelos nacionais. Em 1 de julho de 1967 foi modificada a regulamentação, cujos principais aspectos são abaixo apontados<sup>6</sup>:

“1. Subsidiárias estrangeiras *joint-ventures* são automaticamente aprovadas em 50 categorias de indústrias, se não forem nocivos aos interesses japoneses.

- (a) Propriedade estrangeira de até 100% é permitida em 17 categorias de indústrias em que a concorrência estrangeira é pouco temida, e.g. navios (até 200.000DWT), cerveja, aço comum, cimento, cotonifícios, rayon, pianos, etc.

<sup>6</sup> Cf. LOCKWOOD, William W. Japan Today & Tomorrow, *Fortune*, Sept. 1967, p. 62.

- (b) Propriedade estrangeira de menos de 50% também é automaticamente aprovada para *joint-ventures* em 33 outras categorias de indústrias, sob a condição de os estrangeiros não exercerem "nenhuma influência dominante". Para o cumprimento desses últimos dispositivos estipula-se que: (i) um acionista japonês deve possuir mais de 1/3 das ações; (ii) a proporção dos diretores japoneses deve exceder a proporção das ações possuídas por japoneses; (iii) as decisões dos negócios da firma devem se reger pelo Código Comercial e não necessitam nem de aprovação de um acionista determinado nem do consentimento de todos.

As categorias incluídas sob (b) excluem a maioria dos produtos de setores de crescimento estratégico como maquinaria e produtos químicos, pois se receia que os interesses estrangeiros ainda possam ter uma vantagem.

2. A compra de ações em qualquer companhia existente ou em qualquer companhia nova, em uma indústria não liberada, é automaticamente aprovada até o limite de 7% para o investidor estrangeiro individual e de 15 a 20% para os investidores estrangeiros como um todo".

A recente lei de participação de empresas estrangeiras em *joint-ventures* com as empresas iugoslavas tem como objetivo principal assegurar a tecnologia mais avançada e os canais de comercialização que aquelas empresas possuem. Não se deve esquecer que as empresas industriais desse país vêm operando há vários anos cerca de 350 acordos de licenciamento de pacientes, intercâmbio de partes e componentes etc., em indústrias como a automobilística, material elétrico pesado, locomotivas etc. A recente associação da Fiat com a Crvena Zastava evoluiu de um acordo de licenciamento, assistência técnica e intercâmbio de partes para um investimento de mais de US\$ 10 milhões no capital da Zastava, o que equivale a uma participação de 10%. Além do acesso à mais moderna tecnologia da Fiat, essa associação permitirá triplicar até 1972 a atual produção da Zastava, que passará a 130.000 unidades e garantirá durante os próximos dez anos um intercâmbio de partes e componentes no valor de US\$ 50 milhões. Como é óbvio, a lei de investimentos estrangeiros da Iugoslávia é severa, mas bem feita.

Como exemplo da importância da tecnologia e da necessidade de se adequarem as estruturas jurídicas de forma a se obter o melhor resultado econômico pode-se citar o caso das modernas fábricas de fertilizantes nitrogenados à base de gás natural que a Comissão de Planejamento do Paquistão havia reservado para o setor governamental. A agudez do problema alimentar do país e o fato de que as mencionadas fábricas se tornariam obsoletas, em pouco tempo, devido à rapidez com que evolui a tecnologia nesse setor, fizeram com que o governo se decidisse por

*joint-ventures* com firmas estrangeiras, pois o risco era excessivamente grande, não só quanto à construção das fábricas em tempo útil, mas também porque a mudança tecnológica poderia tornar as mesmas anti-econômicas antes que o investimento tivesse sido amortizado, caso elas fossem dirigidas por nacionais, apenas.

Como uma possível medida destinada a contrabalançar a concentração de poder de decisão nas grandes empresas, FURTADO menciona a cogestão. Acho que a idéia é prematura, em virtude do pouco preparo de nosso operariado, em geral, embora deseje sinceramente que ela possa ser experimentada.

Minhas entrevistas com os diretores de cerca de vinte grandes empresas industriais e bancos na Iugoslávia, onde a autogestão ou sistema de conselho de operário vem evoluindo desde 1950, deram-me a impressão de que as empresas mais prósperas eram aquelas em que era evidente o exercício da autoridade pela diretoria, embora segundo a estrutura formal a administração fosse feita pelos operários. Além do mais, coincidiu que essas empresas se localizavam nas repúblicas mais adiantadas como a Slovênia e a Croácia, onde a massa operária tem nível mais elevado e é mais disciplinada. Conseqüentemente, a estrutura de fato (diretoria com autoridade) se sobrepunha à estrutura de direito (administração pelo Conselho operário).

Concordo com a opinião do *Economist*<sup>6</sup> de que a melhor garantia dos interesses dos operários é a existência de sindicatos fortes e esclarecidos.

## 9. IMPORTÂNCIA DA PESQUISA E DOS INVESTIMENTOS NO FATOR HUMANO

Concordo inteiramente com a ênfase dada por FURTADO a este problema. É imprescindível a elaboração de uma política de pesquisa e de formação de mão-de-obra em todo os níveis. No entanto, para se evitar a burocratização excessiva inerente à administração pública, deve-se reduzir ao mínimo a execução direta de pesquisas pelo governo, que deverá basicamente canalizar fundos para entidades com estruturas jurídicas semelhantes a fundações, as quais se encarregariam da execução das pesquisas dentro de diretrizes suficientemente amplas e, principalmente, em estreito contato com as empresas; que, afinal de contas, são as instituições que transformarão ou não as descobertas ou invenções em inovações.

Todavia, não se deverá desprezar de nenhuma maneira a capacidade criadora da pesquisa executada pelas próprias empresas, não só permitindo a retenção de lucros (isento de imposto de renda) para a aplicação em pesquisas em áreas prioritárias ou no treinamento de mão-de-obra, como também subvencionando-se através de doações.

Outra possibilidade seria incluir nos acordos de participação de empresas estrangeiras em empreendimentos com nacionais que as mesmas fossem obrigadas, com fiscalização do governo, a investir parte dos lu-

<sup>6</sup> Em *No Workers On The Board*, *The Economist*, August 3, 1968.

croos obtidos no país, juntamente com o grupo nacional, na pesquisa e desenvolvimento de produtos apropriados às condições locais. Assim, pouco a pouco, o país passaria a empregar técnicas mais condizentes com sua estrutura de recursos, reduzindo, ainda que de maneira modesta, sua necessidade de importar técnicas desenvolvidas para condições muitas vezes bem diversas.

Acho útil lembrar que o custo da tecnologia moderna é tão elevado, que um país do porte do Japão só consegue financiar em 10%, através do recebimento de *royalties*, suas importações de direitos para usar tecnologias estrangeiras.<sup>7</sup>

#### 10. RESUMO E SUGESTÕES

Minhas discordâncias com relação à análise de FURTADO podem ser sumariadas como segue:

1. É necessário que se estudem os problemas econômicos do Brasil levando em conta a inflação, sob pena de não se chegar a um correto entendimento dos mesmos.
2. A ênfase dada à estrutura da demanda global é proveniente do uso exagerado de um instrumento de análise macroeconômica a uma situação à qual ele não se aplica inteiramente. É necessário estudar a estrutura e a eficiência da capacidade produtiva do setor industrial, isto é, devem-se realizar estudos microeconômicos.
3. A terapêutica de uma drástica redistribuição de renda não só é impraticável como inadequada para a solução do problema representado pela estagnação do setor industrial. O acréscimo de demanda por produtos industriais deverá provir, em sua maior parte, do aumento de produtividade tanto na agricultura como na indústria.
4. Tendo em conta a necessidade indiscutível e inadiável de o Brasil avançar tecnologicamente o mais rápido possível, é necessário se rever de maneira cuidadosa e firme, porém inteligente, a regulamentação de investimentos estrangeiros, a fim de se evitar uma posição irreal. Que se tenha a paciência de estudar o que se tem feito em países como o Japão, Iugoslávia, Taiwan etc.
5. Em vez de se colocar esperança em fórmulas sociais do tipo de cogestão ou autogestão, é preferível que se procure robustecer o movimento sindical dotando-o, através da legislação apropriada, das condições indispensáveis para exercer o seu legítimo papel em uma sociedade pluralista.

---

<sup>7</sup> Cf. LOCKWOOD, William W. *Ob. cit.* p. 66.